

SUMÁRIO

PARTE 1 – FUNDAMENTOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO, REGIME JURÍDICO E ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	41
TÍTULO I – FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E ELEMENTOS DOGMÁTICOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	41
Capítulo 1 – História e evolução do direito administrativo.....	41
1.1. Perspectiva internacional	42
1.1.1. Período romano antigo.....	42
1.1.2. Feudalismo.....	44
1.1.3. Direito administrativo na Inglaterra	45
1.1.4. Direito administrativo nos Estados Unidos.....	49
1.1.5. Direito administrativo na França	54
1.1.6. Direito administrativo na Itália.....	63
1.1.7. Direito administrativo na Alemanha.....	65
1.1.8. Direito administrativo na União Europeia.....	68
1.2. Perspectiva nacional	70
1.3. Direito administrativo contemporâneo no Brasil	79
1.3.1. Paradigmas atuais	79
1.3.2. Desafios futuros	83
1.4. Direito à boa administração	92
Capítulo 2 – Conceito e objeto do direito administrativo.....	97
2.1. Critérios de definição do direito administrativo	97
2.1.1. Critério da Administração Pública	97
2.1.2. Escola do serviço público	99
2.1.3. Escola exegética	101
2.1.4. Critério do poder executivo	101
2.1.5. Critério teleológico.....	102
2.1.6. Critério residual ou negativo	102
2.1.7. Critério das relações jurídicas	103
2.1.8. Critério da administração pública.....	103
2.1.9. Sistematização dos conceitos – quadro esquemático	104
2.1.10. Nossa definição	105
2.2. Direito administrativo e direito da administração pública.....	108
2.3. Objeto do direito administrativo.....	109
Capítulo 3 – Fontes do direito administrativo	110
3.1. Norma jurídica.....	111
3.1.1. Constituição Federal.....	113
3.1.2. Leis.....	114
3.1.3. Tratados internacionais.....	116
3.1.4. Decretos autônomos.....	118

3.2.	Jurisprudência.....	119
3.2.1.	O papel do Conselho de Estado	120
3.2.1.1.	Conselho de Estado francês	121
3.2.1.2.	Conselho de Estado italiano.....	126
3.2.1.3.	Conselho de Estado no Brasil	127
3.3.	Precedente	128
3.4.	Doutrina	132
3.5.	Costume	133
Capítulo 4 – Direito administrativo e interesse jurídico.....		134
4.1.	Diferenças e semelhanças.....	134
4.2.	Interesse no processo administrativo.....	141
TÍTULO II – ORDEM JURÍDICO-ADMINISTRATIVA.....		145
Capítulo 5 – Regime jurídico-administrativo.....		145
5.1.	Conceituação	145
5.2.	Regime jurídico público e privado.....	147
5.3.	Regimes jurídico-administrativos	150
5.3.1.	Regime jurídico-administrativo romano-germânico (civil law)	151
5.3.2.	Regime jurídico-administrativo anglo-saxão (common law).....	152
5.3.3.	Regime jurídico-administrativo brasileiro	153
5.3.4.	Perspectivas contemporâneas	154
Capítulo 6 – PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS.....		156
6.1.	Introdução e natureza jurídica dos princípios	156
6.2.	Princípios gerais do direito	161
6.3.	Princípios administrativos	163
6.3.1.	Natureza jurídica dos princípios administrativos	163
6.3.2.	Conteúdo dos princípios administrativos.....	164
6.3.3.	Eficácia dos princípios administrativos	166
6.3.4.	Autonomia dos princípios administrativos em face da legalidade.	167
6.4.	Princípios administrativos expressos no art. 37 “caput” da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	169
6.4.1.	Princípio da legalidade.....	170
6.4.1.1.	Considerações iniciais	170
6.4.1.2.	Tipicidade, tipificação, conceito e tipo.....	171
6.4.1.3.	Definições ao princípio da legalidade	174
6.4.1.4.	Lei.....	179
6.4.1.5.	Bloco de legalidade.....	181
6.4.1.6.	Legalidade: respeito à lei e ao direito – supremacia da lei.....	184
6.4.1.7.	Exceções ao princípio da legalidade ou à lei formal....	185
6.4.1.8.	Legalidade e reserva de lei	190
6.4.1.9.	Legalidade e Estado de Direito.....	193
6.4.1.10.	Nível de detalhamento do princípio da legalidade	196
6.4.1.11.	Controle da legalidade	199
6.4.1.12.	Evolução e perspectiva contemporânea da legalidade	202

6.4.2.	Princípio da impessoalidade	206
6.4.2.1.	Conceito e elementos dogmáticos do princípio da impessoalidade.....	206
6.4.2.2.	Princípio da impessoalidade no direito estrangeiro....	207
6.4.2.3.	Fundamentos ao princípio da impessoalidade	209
6.4.2.4.	Efeitos do princípio da impessoalidade	211
6.4.3.	Princípio da moralidade.....	213
6.4.3.1.	Percurso da construção do princípio da moralidade administrativa	215
6.4.3.2.	Interpretação do princípio da moralidade – definição de seu conteúdo	223
6.4.3.2.1.	Primeira pergunta – a moralidade administrativa confunde-se com a moralidade comum?	223
6.4.3.2.2.	Segunda pergunta – a moralidade administrativa possui autonomia para com o princípio da legalidade?.....	225
6.4.3.2.3.	Moralidade administrativa e abuso de direito.....	232
6.4.3.2.4.	Moralidade como “superprincípio”	233
6.4.3.2.5.	Moralidade e probidade administrativas.....	235
6.4.3.2.6.	Outras concepções do princípio da moralidade.....	236
6.4.3.2.7.	Síntese conclusiva.....	237
6.4.4.	Princípio da publicidade.....	241
6.4.4.1.	Objetivos e efeitos do princípio da publicidade.....	244
6.4.4.2.	Formas de publicidade.....	245
6.4.4.3.	Níveis de publicidade.....	249
6.4.4.3.1.	Conteúdo formal.....	249
6.4.4.3.2.	Conteúdo material ou substancial	250
6.4.4.4.	O princípio da publicidade no direito positivo	252
6.4.4.5.	Relativização da publicidade dos atos administrativos	255
6.4.5.	Princípio da eficiência.....	257
6.4.5.1.	Antecedentes	257
6.4.5.2.	Perspectiva internacional	258
6.4.5.3.	Perspectiva nacional	260
6.4.5.4.	Conteúdo do princípio da eficiência	262
6.4.5.5.	Eficiência, eficácia e efetividade	267
6.4.5.6.	Mecanismos para a implementação do princípio da eficiência	268
6.4.5.6.1.	Agência executiva e contrato de gestão ou de desempenho	270
6.5.	Princípios administrativos implícitos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	272
6.5.1.	Princípio da indisponibilidade do interesse público	273
6.5.1.1.	Interesse público	273

6.5.1.1.1.	Primeiras considerações: interesse público primário e secundário	274
6.5.1.1.2.	Outras considerações sobre o interesse público.....	276
6.5.1.1.3.	Conclusões parciais.....	285
6.5.1.2.	Princípio da indisponibilidade.....	287
6.5.1.2.1.	Implicações práticas	288
6.5.1.2.2.	Uso da arbitragem nos negócios jurídicos-administrativos.....	290
6.5.1.3.	“Princípio da supremacia do interesse público”	295
6.5.1.4.	Fixação de elementos dogmáticos – síntese conclusiva.....	299
6.5.2.	Princípio da igualdade.....	301
6.5.3.	Princípio da razoabilidade e/ou da proporcionalidade	308
6.5.3.1.	Antecedentes históricos	308
6.5.3.2.	Conteúdo da razoabilidade.....	314
6.5.3.2.1.	Perspectiva norte-americana.....	314
6.5.3.2.2.	Perspectiva brasileira.....	315
6.5.4.	Princípio da participação	317
6.5.4.1.	Conceito	317
6.5.4.2.	Concretização do princípio da participação por meio de vários dispositivos constitucionais	318
6.5.4.3.	Manifestações do princípio da participação no direito estrangeiro.....	320
6.5.4.4.	“Efeitos colaterais” do princípio da participação	320
6.5.4.5.	Formas de participação	320
6.5.4.6.	Perspectiva contemporânea acerca do princípio da participação.....	321
6.6.	Princípios administrativos expressos na legislação	323
TÍTULO III – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AGENTES PÚBLICOS E PROIBIÇÃO DE ADMINISTRATIVA		325
Capítulo 7 – Administração Pública.....		325
7.1.	Premissas teóricas	325
7.1.1.	Sentidos, noções ou concepções do termo “administração pública”	325
7.1.2.	Administração pública e governo	328
7.1.3.	Estado e Administração Pública	329
7.2.	Estrutura orgânica da Administração Pública	330
7.2.1.	Entidades ou pessoas jurídicas da Administração Pública.....	331
7.2.2.	Órgãos públicos	333
7.2.2.1.	Teorias que explicam o órgão	334
7.2.2.2.	Características do órgão público.....	335
7.2.2.3.	Espécies de órgãos públicos.....	336
7.2.2.4.	Teoria da personificação do órgão	338
7.2.2.5.	Criação de órgãos públicos – desconcentração ou especialização	339
7.2.3.	Formas estruturais da Administração Pública	339

7.3.	Administração Pública direta e indireta.....	344
7.3.1.	Relação entre os entes da Administração direta e indireta – poder de tutela, controle técnico, controle finalístico ou controle ministerial.....	344
7.3.2.	Administração Pública direta.....	345
7.3.3.	Administração Pública indireta	348
7.3.3.1.	Criação de entidades da Administração Pública indireta – descentralização.....	348
7.3.3.2.	Espécies de entidades da Administração Pública indireta.....	349
7.3.3.2.1.	Autarquia	350
7.3.3.2.1.1.	Conceito e natureza jurídica da autarquia.....	350
7.3.3.2.1.2.	Espécies de autarquia.....	352
7.3.3.2.1.3.	Agências reguladoras.....	356
7.3.3.2.1.3.1.	Origem das agências reguladoras no exterior	356
7.3.3.2.1.3.2.	Origem e características das agências reguladoras no Brasil.....	357
7.3.3.2.1.3.3.	Requisitos para ser membro de Conselho Diretor ou de Diretoria da Agência Reguladora	361
7.3.3.2.1.3.4.	Natureza jurídica das agências reguladoras.....	363
7.3.3.2.1.3.5.	Autonomia da agência reguladora.....	363
7.3.3.2.1.3.6.	Funções das agências reguladoras.....	365
7.3.3.2.1.3.7.	Espécies de agência reguladora.....	367
7.3.3.2.2.	Fundação pública.....	368
7.3.3.2.2.1.	Conceito de fundação pública.....	368
7.3.3.2.2.2.	Natureza jurídica da fundação pública...	369
7.3.3.2.3.	Empresas estatais	371
7.3.3.2.3.1.	Exploração de atividade econômica pelo Estado ou intervenção direta na economia	372
7.3.3.2.3.2.	Criação de empresas estatais e de subsidiárias	374
7.3.3.2.3.3.	Licitações das empresas estatais.....	375
7.3.3.2.3.4.	Regime de pessoal das empresas estatais	376
7.3.3.2.3.5.	Extinção das empresas estatais	377
7.3.3.2.3.6.	Controle das empresas estatais	378
7.3.3.2.3.7.	Imunidade tributária das empresas estatais e regime de bens das empresas estatais.....	380
7.3.3.2.3.8.	Empresa pública	381

	7.3.3.2.3.9. Sociedade de economia mista.....	382
	7.3.3.2.3.10. Empresa ou sociedade controlada pela Administração Pública	384
	7.3.3.2.4. Associações constituídas a partir de consórcios pú- blicos	386
	7.3.3.2.4.1. Conceito de associação derivada de consórcio público	387
	7.3.3.2.4.2. Espécies de associação derivada de consórcio público	388
	7.3.3.2.4.3. Procedimento de constituição da asso- ciação derivada de consórcio público	391
	7.3.3.2.4.4. Prerrogativas da associação derivada do contrato de consórcio público.....	393
	7.3.3.2.4.5. Extinção do consórcio ou a retirada de um dos seus membros	393
Capítulo 8 – Agentes públicos.....		394
8.1.	Conceito e elementos de agente público	394
8.2.	Relação jurídica do agente público para com o Estado e investidura.....	397
8.3.	Agente ou funcionário público de fato	398
8.4.	Classificação dos agentes públicos.....	399
	8.4.1. As várias classificações de agentes públicos.....	400
	8.4.2. A nossa classificação	402
8.5.	Agentes políticos.....	404
8.6.	Militares	406
	8.6.1. Classificação e espécies de militares	406
	8.6.2. Estatuto das corporações militares.....	406
	8.6.3. Patentes militares.....	407
	8.6.4. Vedações constitucionais aos militares	408
8.7.	Particulares em colaboração	409
8.8.	Agentes administrativos	412
	8.8.1. Contração temporária ou por tempo determinado.....	412
	8.8.1.1. Conceito	412
	8.8.1.2. Requisitos à contratação temporária.....	413
	8.8.1.3. Direitos dos contratados temporariamente	415
	8.8.1.4. Competência para julgamento	415
	8.8.2. Servidor público detentor de emprego público	417
	8.8.3. Servidor público detentor de cargo público.....	419
	8.8.3.1. Cargo de confiança, cargo em comissão ou cargo não estável	420
	8.8.3.2. Cargo de provimento efetivo	422
	8.8.4. Acumulação de cargos e de empregos públicos	423
	8.8.4.1. Possibilidades de acumulação de cargos ou empre- gos públicos	423
	8.8.4.2. Requisitos à acumulação de cargos ou empregos públicos	425
	8.8.4.3. Providências quando há a acumulação indevida	425
	8.8.5. Regime jurídico único	426
	8.8.6. Regime jurídico dos servidores públicos estatutários civis.....	427

8.8.6.1.	Institutos relativos ao regime estatutário civil.....	428
8.8.6.2.	Formas de provimento de cargos públicos – acesso aos cargos públicos	434
8.8.6.2.1.	Provimento originário – nomeação	435
8.8.6.2.2.	Provimentos derivados.....	439
8.8.6.2.3.	Posse e exercício	444
8.8.6.3.	Concurso público	446
8.8.6.3.1.	Evolução histórica	446
8.8.6.3.2.	Conceito.....	446
8.8.6.3.3.	Fases do concurso público.....	447
8.8.6.3.4.	Critérios de seleção.....	448
8.8.6.3.5.	Prazo de validade e prorrogação de concurso público.....	456
8.8.6.3.6.	Número de vagas oferecidas no edital e direito à nomeação	456
8.8.6.3.7.	Edital do concurso público.....	460
8.8.6.3.8.	Contratação violando a obrigatoriedade de se perfazer concurso público	461
8.8.6.4.	Estágio probatório e estabilidade	462
8.8.6.5.	Sistema remuneratório	465
8.8.6.5.1.	Sistema de remuneração ou vencimento	465
8.8.6.5.2.	Sistema de subsídio.....	467
8.8.6.5.3.	Proibição de vinculação ou de equiparação de remunerações.....	468
8.8.6.5.4.	Revisão anual das remunerações dos servidores públicos	469
8.8.6.6.	Teto remuneratório.....	470
8.8.6.6.1.	Limites impostos pelo teto remuneratório	471
8.8.6.6.2.	Quem se submete ao teto remuneratório	472
8.8.6.6.3.	O que se inclui no limite do teto remuneratório.....	472
8.8.6.7.	Direito de greve do servidor público estatutário	473
8.8.6.8.	Formas de vacância de cargo público – desligamento do servidor público	474
8.8.6.9.	Proibição de nepotismo.....	475
8.8.6.10.	Reponsabilidade do servidor público estatutário.....	477
8.8.6.10.1.	Proibições e deveres dos servidores públicos	477
8.8.6.10.2.	Penas disciplinares aplicadas aos servidores públicos	478
8.8.6.10.3.	Prescrição das penas disciplinares	481
8.8.6.10.4.	Processo administrativo disciplinar	481
8.8.7.	Regime próprio de previdência.....	488
8.8.7.1.	Introdução à seguridade social	488
8.8.7.2.	Aposentadoria e pensão	490
8.8.7.3.	Evolução do regime próprio de previdência	490

8.8.7.4.	Regime de previdência complementar	494
8.8.7.5.	Perspectiva contemporânea do regime próprio de previdência.....	494
Capítulo 9 – Probidade administrativa.....		495
9.1	Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92.....	499
9.1.1.	Previsão normativa.....	499
9.1.2.	Conceito de improbidade administrativa	501
9.1.3.	Princípios que regem a Lei de Improbidade Administrativa.....	502
9.1.4.	Bens jurídicos protegidos pela Lei de Improbidade Administrativa.....	504
9.1.5.	Teoria da independência relativa de esferas.....	505
9.1.6.	Sujeito passivo do ato de improbidade – vítima do ato – quem pode sofrer o ato	511
9.1.7.	Sujeito ativo do ato de improbidade – autor do ato – quem pode praticar o ato	513
9.1.7.1.	Pessoa jurídica	516
9.1.7.2.	Sucessores (herdeiros) do agente que cometeu ato de improbidade ou diante de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária	517
9.1.7.3.	Agentes políticos	520
9.1.8.	Tipos ou infrações que caracterizam atos de improbidade.....	521
9.1.8.1.	Enriquecimento ilícito derivado de vantagem indevida	521
9.1.8.2.	Lesão ao erário.....	522
9.1.8.3.	Violação aos princípios	523
9.1.9.	Premissas hermenêuticas ou fatos que devem ou não devem ser consideradas na decisão de uma ação de improbidade	526
9.1.10.	Sistema probatório nas ações de improbidade.....	529
9.1.11.	Penas pela prática de ato de improbidade administrativa	530
9.1.11.1.	Espécies de penas.....	530
9.1.11.2.	Aplicação e gradação das penas.....	531
9.1.11.2.1	Aplicação das penas	532
9.1.11.2.2	Gradação ou individualização das penas.....	533
9.1.11.2.2.1	Perda da função pública .	538
9.1.11.2.2.2	Multa	539
9.1.11.2.2.3	Proibição de contratar com a Administração Pública.....	539
9.1.11.2.2.4	Ressarcimento do dano	540
9.1.11.2.2.5	Penas aplicadas às pessoas jurídicas.....	540
9.1.11.2.2.6	Bagatela ou insignificância	541
9.1.12.	Elemento subjetivo da improbidade administrativa.....	542
9.1.12.1	Evolução.....	542
9.1.12.2	Elementos constitutivos do dolo na improbidade administrativa.....	543

	9.1.12.3	Impossibilidade de punição por divergência de interpretação – “ilícito de hermenêutica”	546
9.1.13.		Aspectos processuais da improbidade administrativa.....	546
	9.1.13.1.	Competência jurisdicional para conhecer a ação de improbidade administrativa.....	546
	9.1.13.2.	Legitimidade ativa nas ações de improbidade administrativa.....	548
	9.1.13.3.	Rito processual das ações de improbidade administrativa	548
	9.1.13.4.	Petição inicial.....	549
	9.1.13.4.	Sucessão de atos processuais	550
	9.1.13.5.	Decisão final	555
	9.1.13.6.	Acordo de não persecução cível.....	556
9.1.14.		Medidas cautelares na ação de improbidade administrativa	559
	9.1.14.1	Indisponibilidade de bens	560
	9.1.14.2.	Afastamento cautelar das funções.....	568
9.1.15.		Prescrição da pretensão punitiva em casos de improbidade administrativa.....	569
	9.1.15.1.	Prescrição da ação de improbidade	569
	9.1.15.2.	Prazos para investigação dos atos de improbidade administrativa	571
	9.1.15.3.	Imprescritibilidade da reparação do dano – art. 37, § 5º, da CF/88	572
9.2.		Lei anticorrupção – Lei nº 12.846/13	574
	9.2.1.	Natureza jurídica da Lei nº 12.846/2013.....	574
	9.2.2.	Âmbito de incidência da Lei nº 12.846/2013	575
	9.2.3.	Objeto da Lei Anticorrupção.....	576
	9.2.4.	Sujeito ativo – aquele que pratica o ato ilícito.....	576
	9.2.5.	Sujeito passivo – aquele que sofre o ato ilícito.....	577
	9.2.6.	Regime de responsabilidade adotado pela Lei nº 12.846/2013 ...	577
	9.2.7.	Atos ilícitos – tipificação	579
	9.2.8.	Procedimento administrativo da Lei Anticorrupção	580
	9.2.9.	Procedimento judicial da Lei Anticorrupção	583
	9.2.10.	Penalidades aplicáveis pela Lei Anticorrupção.....	583
	9.2.10.1.	Penas administrativas	584
	9.2.10.2.	Penas judiciais.....	585
	9.2.11.	Acordo de leniência previsto da Lei Anticorrupção	586
	9.2.12.	Prescrição dos atos puníveis pela Lei Anticorrupção	588
PARTE 2 – RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS UNILATERAIS E OS MEIOS DE CONTROLE			591
TÍTULO I – DIREITO SUBJETIVO E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA			591
Capítulo 10 – Direito subjetivo no âmbito do direito administrativo			591
	10.1.	Introdução	591
	10.2.	Direito subjetivo.....	592
	10.2.1.	Conceituação quanto ao objeto tutelado	592

10.2.2.	Conceituação quanto à finalidade	593
10.2.3.	Conceituação quanto à justificação	593
10.3.	Direito subjetivo e direito objetivo	593
10.4.	Direito subjetivo e direito potestativo.....	598
10.5.	Direito público subjetivo.....	599
10.6.	Direitos subjetivos do Estado.....	601
10.7.	Redução do problema aos limites da competência administrativa	603
10.8.	Direitos debilitados.....	605
10.9.	Reflexões complementares	606
Capítulo 11 – ESTADO E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA		606
11.1.	Introdução	606
11.2.	Função	610
11.3.	Função pública	611
11.3.1.	Sentido amplo	612
11.3.2.	Sentido estrito	613
11.3.3.	Sentido super-restrito	614
11.4.	Função administrativa	614
11.4.1.	Critério residual (negativista).....	617
11.4.2.	Critério subjetivo ou orgânico.....	617
11.4.3.	Critério objetivo ou funcional	618
11.4.3.1.	Critério objetivo-material	619
11.4.3.2.	Critério objetivo-formal.....	621
11.4.4.	Nossa definição	621
Capítulo 12 – Funções administrativas específicas		628
12.1.	Considerações sobre o exercício das funções administrativas	628
12.2.	Poder Executivo e função administrativa	631
12.3.	Prerrogativas ou potestades administrativas	633
12.4.	Teoria dos poderes implícitos	634
12.5.	A Teoria do “poder-dever” ou do “dever-poder”	634
12.6.	Classificação das funções administrativas.....	635
12.7.	Funções introvertidas	636
12.7.1.	Função hierárquica.....	638
12.7.1.1.	Conceito de função hierárquica.....	638
12.7.1.2.	Faculdades advindas da função hierárquica	640
12.7.1.3.	Dever e excludentes da função hierárquica	641
12.7.1.4.	Características da função hierárquica.....	641
12.7.2.	Função disciplinar.....	642
12.7.2.1.	Conceito e objeto da função disciplinar	642
12.7.2.2.	Exercício da função disciplinar.....	643
12.7.2.3.	Princípio da intranscendência na aplicação de penas administrativas	644
12.8.	Funções extrovertidas	645
12.8.1.	Função de polícia	645
12.8.1.1.	Antecedentes históricos	645
12.8.1.2.	Conceito de função de polícia	647
12.8.1.3.	Objeto da função de polícia	649
12.8.1.4.	Atuação de polícia	651

12.8.1.5.	Características da função de polícia	653
12.8.1.6.	Classificação e espécies de função de polícia.....	654
12.8.1.6.1.	Quanto à especificidade ou generalidade.....	654
12.8.1.6.2.	Quanto ao momento em que atua	655
12.8.1.7.	Titulares do exercício da função de polícia	655
12.8.1.8.	Delegação do exercício da função de polícia a particulares	657
12.8.1.8.1.	Exercício dos atos materiais de polícia por particulares	657
12.8.1.8.2.	Exercício dos atos de polícia por particulares.....	658
12.8.1.9.	Distinções necessárias para com a função de polícia	660
12.8.1.9.1.	Distinção da função de polícia e o direito de vizinhança.....	661
12.8.1.9.2.	Diferença da função de polícia e o serviço público.....	661
12.8.1.9.3.	Diferença ente polícia judiciária e administrativa.....	662
12.8.2.	Função regulamentar	664
12.8.2.1.	Precisões semântico-dogmáticas sobre o tema.....	665
12.8.2.2.	Conceito de função regulamentar	667
12.8.2.3.	Natureza jurídica	669
12.8.2.4.	Limites à função regulamentar	670
12.8.2.5.	Exercício da função regulamentar	672
12.8.2.5.1.	Regulamentação secundum legem – regulamentos executivos.....	675
12.8.2.5.2.	Regulamentação intra legem – regulamentos delegados ou autorizados.....	677
12.8.2.5.3.	Regulamentação praeter legem – regulamentos autônomos.....	682
12.8.2.5.4.	Síntese conclusiva	686
12.8.2.6.	Manifestações concretas da função regulamentar – espécies de atos normativos infralegais.....	686
12.8.2.6.1.	Decreto e regulamento	687
12.8.2.6.2.	Resolução	688
12.8.2.6.3.	Instrução.....	689
12.8.2.6.4.	Portaria	689
12.8.2.6.5.	Deliberação	690
12.8.2.6.6.	Regimento.....	690
12.8.2.7.	Função regulamentar no direito estrangeiro.....	690
TÍTULO II –RELAÇÕES JURÍDICAS UNILATERAIS.....		693
Capítulo 13 –Ato administrativo.....		693
13.1.	Introdução ao ato administrativo	693
13.2.	Inserção do ato administrativo nos domínios do fato jurídico lato sensu	694
13.2.1.	Princípio da relatividade do suporte fático.....	699
13.2.2.	Fato administrativo ou fato jurídico stricto sensu	699
13.2.3.	Ato administrativo como categoria do ato jurídico stricto sensu...	702
13.3.	Silêncio administrativo	704
13.3.1.	Silêncio administrativo no direito estrangeiro.....	705

13.3.2.	Natureza jurídica e efeitos do silêncio administrativo	706
13.3.3.	Perspectiva contemporânea acerca do silêncio administrativo.....	710
13.3.4.	O direito de injunção administrativa e soluções brasileiras à omissão administrativa.....	712
13.3.5.	Exemplos de silêncio administrativo no sistema jurídico brasileiro	714
13.4.	Atos administrativos e atos da administração.....	715
13.4.1.	Espécies de atos da Administração – não são atos administrativos – margem negativa	717
13.4.1.1.	Atos legislativos e judiciais.....	717
13.4.1.2.	Atos políticos ou atos de governo.....	718
13.4.1.2.1.	Evolução e desenvolvimento do ato político ou de governo	718
13.4.1.2.2.	Elementos dogmáticos e conceituação dos atos políticos ou de governo	725
13.4.1.3.	Atos de gestão ou atos regidos pelo direito privado e praticados pela Administração Pública	728
13.4.1.4.	Atos materiais – mera operacionalização	731
13.4.1.5.	Atos regulamentares	733
13.4.1.5.1.	Atos administrativos intermediários	736
13.4.1.6.	Contratos administrativos.....	737
13.5.	Conceituação dos atos administrativos	737
13.5.1.	Conceitos encontrados na doutrina em geral.....	737
13.5.2.	Estruturação dogmática dos pressupostos do conceito de ato administrativo – margem positiva.....	747
13.5.2.1.	Ato administrativo é ato jurídico stricto sensu	749
13.5.2.2.	Exercício da função administrativa	750
13.5.2.3.	Unilateralidade do ato administrativo	750
13.5.2.4.	Concretude	751
13.5.2.5.	Expedido no uso das prerrogativas públicas.....	752
13.5.2.6.	Praticado pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes	752
13.5.2.7.	Implementação do interesse público	752
13.5.2.8.	Sujeição a um regime jurídico-administrativo.....	753
13.5.3.	Síntese conclusiva – encaminhamento de um conceito de ato administrativo	753
13.6.	Elementos do ato administrativo	755
13.6.1.	Competência ou sujeito	758
13.6.1.1.	Conceito	758
13.6.1.2.	Competência e capacidade do agente público	761
13.6.1.3.	Classes de competências – limitações	763
13.6.1.4.	Teoria do paralelismo das competências.....	764
13.6.1.5.	Vício de competência – a incompetência.....	764
13.6.1.5.1.	Espécies de vício de competência – espécies de incompetência	765
13.6.1.5.2.	Excesso de poder	766
13.6.1.6.	Modificação das competências administrativas.....	768
13.6.1.6.1.	Delegação de competência	768

	13.6.1.6.1.1. Espécies de delegação.....	771
	13.6.1.6.1.2. Competências indelegáveis.....	772
	13.6.1.6.1.3. Subdelegação.....	773
	13.6.1.6.2. Avocação de competência.....	775
	13.6.1.6.3. Circunstâncias excepcionais que modificam a competência.....	776
	13.6.1.7. Suspensão provisória da competência.....	777
13.6.2.	Forma.....	777
	13.6.2.1. Formalidade.....	779
	13.6.2.1.1. Formalidade e procedimento.....	781
	13.6.2.2. Forma: elemento discricionário ou vinculado?.....	781
	13.6.2.3. Vícios da forma.....	783
	13.6.2.3.1. Classificação da forma quanto ao vício jurídico.....	785
	13.6.2.4. Teoria do paralelismo das formas.....	786
13.6.3.	Finalidade.....	787
	13.6.3.1. Desvio de finalidade ou de poder.....	788
	13.6.3.1.1. Perspectiva estrangeira.....	789
	13.6.3.1.2. Perspectiva brasileira.....	793
	13.6.3.1.3. Síntese conclusiva – perspectiva contemporânea.....	794
	13.6.3.1.4. Desvio de finalidade específico ou genérico.....	803
	13.6.3.1.5. Desvio de finalidade e controle de constitucionalidade.....	804
	13.6.3.1.6. Desvio de finalidade por omissão.....	805
	13.6.3.1.7. A intenção no desvio de finalidade – móvel do ato administrativo.....	805
	13.6.3.1.8. Prova do desvio de finalidade.....	806
13.6.4.	Motivo.....	807
	13.6.4.1. Pressupostos do motivo do ato administrativo e erro de fato ou de direito.....	809
	13.6.4.2. Defeito no elemento motivo.....	811
	13.6.4.3. Controle judicial dos motivos do ato administrativo..	813
	13.6.4.4. Teoria dos motivos determinantes.....	814
	13.6.4.5. Motivação.....	816
	13.6.4.5.1. Motivação referida ou aliunde.....	821
	13.6.4.5.2. Motivação: um problema de forma ou de conteúdo?..	821
	13.6.4.5.3. Obrigatoriedade ou não de se motivar todos os atos administrativos.....	821
	13.6.4.6. Móvel do ato administrativo.....	827
13.6.5.	Objeto.....	828
13.7.	Prerrogativas e sujeições administrativas, atributos ou características do ato administrativo.....	830
	13.7.1. Presunção de legitimidade.....	833
	13.7.1.1. Finalidades da presunção de legitimidade.....	835
	13.7.1.2. Efeitos da presunção de legitimidade.....	837
	13.7.1.3. Desnecessidade de previsão expressa.....	839
	13.7.2. Imperatividade.....	840
	13.7.2.1. Atos administrativos sem imperatividade.....	842
	13.7.2.2. Perspectiva contemporânea.....	842

13.7.3.	Autoexecutoriedade	844
13.7.3.1.	Executoriedade e exigibilidade	844
13.7.3.2.	Conceito	846
13.7.3.3.	Elementos dogmáticos da autoexecutoriedade	849
13.7.3.4.	Autoexecutoriedade e descumprimento da lei	851
13.7.3.5.	Judicialização ou processualização da autoexecutoriedade.....	852
13.8.	Classificação dos atos administrativos	852
13.8.1.	Critério do sentido do ato – ato administrativo material ou formal	853
13.8.2.	Critério do regime jurídico – ato administrativo de império, de gestão ou de expediente.....	854
13.8.3.	Critério dos destinatários – ato administrativo geral ou individual.....	856
13.8.4.	Critério do âmbito de repercussão – ato administrativo interno ou externo	858
13.8.5.	Critério dos tipos de efeitos – ato administrativo constitutivo, declaratório ou enunciativo.....	860
13.8.6.	Critério da duração dos efeitos – ato administrativo instantâneo ou continuado.....	860
13.8.7.	Critério dos efeitos do ato em relação ao cidadão – ato administrativo ampliativo ou ablativo.....	861
13.8.8.	Critério da exequibilidade – ato administrativo perfeito, imperfeito, pendente ou consumado.....	862
13.8.9.	Critério do ajuste de vontades – ato administrativo negocial ou não negocial.....	863
13.8.10.	Critério da competência – ato administrativo discricionário e vinculado	864
13.8.11.	Critério da natureza da atividade – ato administrativo ativo, consultivo, verificador ou contencioso	865
13.8.12.	Critério da forma – ato administrativo escrito ou verbal.....	866
13.8.13.	Critério da originalidade do objeto – ato administrativo primário ou secundário.....	867
13.8.14.	Critério da natureza da relação – ato administrativo de subordinação ou de coordenação.....	867
13.8.15.	Critério da existência – ato administrativo integrado ou incompleto	867
13.8.16.	Critério da validade – ato administrativo válido, inválido ou válido.....	868
13.8.17.	Critério da presença de eficácia – ato administrativo eficaz ou ineficaz	868
13.8.18.	Critério da estrutura – ato concreto, abstrato ou misto	869
13.8.19.	Critério da formação – ato administrativo simples, complexo ou composto.....	872
13.8.19.1.	Início do prazo de decadência no ato administrativo complexo e composto – início do aperfeiçoamento do ato.....	875
13.8.19.2.	Atos de verificação dos tribunais de contas.....	876
13.8.19.3.	Vícios jurídicos nos atos administrativos complexos.....	877
13.9.	Espécies de administrativos	878

13.9.1.	Atos administrativos enunciativos	879
13.9.1.1.	Apostila	880
13.9.1.2.	Atestado.....	880
13.9.1.3.	Certidão.....	881
13.9.1.4.	Visto	882
13.9.1.5.	Informação	882
13.9.1.6.	Parecer	883
13.9.1.6.1.	O parecer seria verdadeiro ato administrativo?.....	884
13.9.1.6.2.	Estrutura e forma do parecer	885
13.9.1.6.3.	Espécies de parecer.....	886
13.9.1.6.3.1.	Parecer facultativo	887
13.9.1.6.3.2.	Parecer obrigatório ou necessário	888
13.9.1.6.3.3.	Parecer vinculante	888
13.9.1.6.3.4.	Parecer normativo	889
13.9.1.6.4.	Responsabilidade dos pareceristas.....	889
13.9.2.	Atos administrativos negociais.....	893
13.9.2.1.	Admissão.....	896
13.9.2.2.	Aprovação.....	896
13.9.2.3.	Homologação	897
13.9.2.4.	Visto	897
13.9.2.5.	Registro.....	897
13.9.2.6.	Licença.....	898
13.9.2.7.	Concessão	900
13.9.2.8.	Permissão.....	901
13.9.2.9.	Autorização	902
13.9.2.10.	Alvará.....	906
13.9.2.11.	Dispensa	906
13.9.2.12.	Renúncia	907
13.9.3.	Atos ordinatórios – medidas de ordem interior – medidas internas	908
13.9.3.1.	Circular.....	910
13.9.3.2.	Instrução	912
13.9.3.3.	Diretiva	913
13.9.3.4.	Ordem de serviço	914
13.9.3.5.	Ofícios.....	914
13.9.4.	“Atos administrativos normativos” ou “regulamentares”	915
13.10.	Discricionariedade e vinculação administrativas.....	915
13.10.1.	Precisão teórica-dogmática.....	915
13.10.2.	Vinculação administrativa	917
13.10.3.	Discricionariedade administrativa.....	919
13.10.3.1.	Reserva de administração.....	919
13.10.3.2.	Critérios constitutivos e definição da discricionariedade administrativa.....	921
13.10.3.3.	Mérito do ato administrativo	928
13.10.3.4.	Fundamentos lógico-jurídicos à discricionariedade administrativa	928
13.10.3.5.	Limites à atuação discricionária.....	929

13.10.3.6.	Elementos da discricionariiedade administrativa	930
13.10.3.7.	Capacidade de agir a partir da discricionariiedade	931
13.10.3.8.	Discricionariiedade e arbitrariedade	932
13.10.3.9.	Vícios ligados à discricionariiedade	933
13.10.3.10.	Discricionariiedade e conceitos jurídicos indeterminados	934
13.10.3.11.	O problema da “discricionariiedade técnica”	943
13.10.3.12.	Discricionariiedade e o princípio da igualdade	948
13.10.3.13.	Discricionariiedade e interesse público	949
13.10.3.14.	A ideia de se “superar” a dicotomia entre os atos puramente discricionários e vinculados	951
13.10.3.15.	Discricionariiedade seletiva e normativa	953
13.11.	Planos do ato administrativo – existência, validade, eficácia e perfeição	953
13.11.1.	Plano da existência do ato administrativo	958
13.11.2.	Plano da validade do ato administrativo	963
13.11.3.	Plano da eficácia do ato administrativo	964
13.11.3.1.	Elementos que podem obstar a eficácia dos atos administrativos	965
13.11.3.2.	O tempo dos atos administrativos	968
13.11.4.	Plano da perfeição do ato administrativo	970
13.12.	Sistema de nulidades do ato administrativo	972
13.12.1.	Aplicação do sistema de nulidades do direito civil ao regime jurídico administrativo	973
13.12.2.	Sistema de nulidades do regime jurídico administrativo	977
13.12.2.1.	Perspectiva internacional	978
13.12.2.2.	Perspectiva nacional	979
13.12.3.	Espécies e possibilidades de nulidade do ato administrativo	986
13.12.3.1.	Nulidade absoluta ou apenas nulidade	992
13.12.3.2.	Nulidade relativa ou apenas anulabilidade	997
13.12.3.3.	Irregularidade	999
13.12.4.	O problema da nulidade parcial	999
13.12.5.	Reaquisição da validade e ferramentas jurídicas de correção dos vícios jurídicos do ato administrativo	1000
13.12.5.1.	Convalidação	1001
13.12.5.1.1.	Formas de se convalidar um ato administrativo	1002
13.12.5.1.2.	Pressupostos lógicos da convalidação	1003
13.12.5.1.3.	Pressupostos jurídicos da convalidação – elementos nucleares	1004
13.12.5.1.4.	A convalidação seria ato vinculado ou discricionário?	1005
13.12.5.1.5.	Legitimados a praticarem a convalidação	1006
13.12.5.2.	Conversão	1007
13.12.5.3.	Estabilização	1008
13.12.5.4.	Decadência	1009
13.12.5.4.1.	Pressupostos jurídicos da decadência – elementos nucleares	1011

13.12.5.4.2.	Decadência administrativa do direito de reconhecer nulidade que deriva da violação de norma constitucional.....	1013
13.12.6.	Instituto da pas de nullité sans grief aplicado ao direito administrativo	1014
13.13.	Extinção dos atos administrativos.....	1017
13.13.1.	Extinção objetiva ou natural	1018
13.13.1.1.	Quando há exaurimento dos efeitos	1019
13.13.1.2.	Quando há o desaparecimento do sujeito beneficiário ou do objeto do ato administrativo.....	1020
13.13.2.	Extinção subjetiva ou provocada.....	1020
13.13.2.1.	Por ato do cidadão	1020
13.13.2.1.1.	Renúncia	1020
13.13.2.1.2.	Recusa	1021
13.13.2.2.	Por retirada ou por ato da Administração Pública	1021
13.13.2.2.1.	Revogação	1021
13.13.2.2.1.1.	A peculiaridade do art. 71, § 2º, da Lei nº 14.133/21 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.....	1024
13.13.2.2.1.2.	Objeto da revogação dos atos administrativos	1025
13.13.2.2.1.3.	Atos administrativos irrevogáveis.....	1026
13.13.2.2.1.4.	Efeitos ex nunc (prospectivos) da revogação	1028
13.13.2.2.1.5.	Forma da revogação	1029
13.13.2.2.1.6.	Revogação da revogação do ato administrativo – efeito ripristinatório.....	1029
13.13.2.2.1.7.	Revogação e autolimitação administrativa.....	1030
13.13.2.2.1.8.	Revogação de ato administrativos que geram vantagens ao particular	1032
13.13.2.2.2.	Anulação	1033
13.13.2.2.2.1.	Efeitos ex tunc (retroativos) da anulação	1037
13.13.2.2.2.2.	Modulação dos efeitos da anulação do ato administrativo – declaração parcial de ilegalidade sem pronúncia de nulidade.....	1038
13.13.2.2.2.3.	Diferenças entre a revogação e a anulação	1040
13.13.2.2.3.	Cassação.....	1044
13.13.2.2.4.	Caducidade ou decaimento	1045
13.13.2.2.5.	Contraposição ou derrubada.....	1047
Capítulo 14 – Controle dos atos administrativos		1048
14.1.	Evolução do controle dos atos administrativos no Brasil.....	1051
14.2.	Classificação do controle dos atos administrativos.....	1053
14.2.1.	Quanto ao âmbito de atuação do órgão que controla.....	1053
14.2.2.	Quanto ao momento.....	1054
14.2.3.	Quanto ao poder que pratica o ato	1055
14.2.4.	Quanto ao controle feito entre a Administração Pública direta e indireta	1056
14.2.5.	Quanto à iniciativa ou quanto à voluntariedade do controle	1056
14.2.6.	Quanto ao conteúdo.....	1057
14.3.	Controle da discricionariedade administrativa.....	1058

14.4.	Controle judicial de atos políticos ou de governo	1068
14.5.	Possibilidade ou não de o administrador público deixar de aplicar uma lei porque a considera inconstitucional	1069
14.6.	Perspectiva contemporânea acerca do controle dos atos administrativos	1073
PARTE 3 – PROCESSO ADMINISTRATIVO, RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS BILATERAIS E EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS.....		1077
TÍTULO I – PROCESSUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.....		1077
Capítulo 15 – Processo administrativo		1077
15.1.	Processo e procedimento	1078
15.2.	Devido processo legal administrativo	1080
15.3.	Fins do processo administrativo.....	1083
15.4.	Aplicabilidade das leis do processo administrativo	1083
15.5.	Classificações do processo administrativo.....	1086
15.6.	Processo administrativo federal – Lei nº 9.784/99	1086
15.6.1.	Princípios jurídicos aplicáveis ao processo administrativo.....	1087
15.6.2.	Direitos e deveres da Administração Pública e do cidadão	1088
15.6.3.	Início do processo administrativo	1089
15.6.4.	Legitimados ao processo administrativo.....	1091
15.6.5.	Forma, tempo e lugar dos atos do processo.....	1093
15.6.6.	Fases do processo administrativo	1098
15.6.7.	Decisão e motivação do processo administrativo.....	1099
15.6.7.1	Decisão coordenada	1104
15.6.8.	Decadência e convalidação	1106
15.6.9.	Fase recursal do processo administrativo	1106
15.6.10.	Contagem de prazos no processo administrativo.....	1110
Capítulo 16 – Licitações públicas.....		1111
16.1.	Evolução das licitações públicas.....	1111
16.2.	Licitações públicas no direito estrangeiro.....	1113
16.3.	Relevância das licitações públicas.....	1115
16.4.	Aspectos econômicos das licitações públicas	1116
16.5.	Previsão constitucional sobre as licitações públicas.....	1117
16.6.	Entidades e órgãos públicos submetidos à Lei nº 14.133/21	1118
16.6.1.	Entidades e órgãos públicos atingidas pela Lei nº 14.133/21	1118
16.6.2.	Entidades e órgãos públicos não atingidas pela Lei nº 14.133/21	1119
16.7.	Competência para legislar sobre licitações e contratos administrativos.....	1121
16.8.	Conceito de licitação pública	1122
16.9.	Natureza jurídica da licitação pública	1124
16.10.	Objeto da licitação pública.....	1124
16.11.	Objetivos das licitações públicas	1126
16.11.1.	Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.....	1127
16.11.2.	Isonomia	1128
16.11.3.	Evitar contratações com sobrepreço, com preços manifestamente inexequíveis e com superfaturamento	1129

16.11.4.	Incentivo à inovação e o desenvolvimento nacional sustentável...	1130
16.12.	Pressupostos da licitação pública	1132
16.13.	Princípios da licitação pública	1132
16.14.	Contratação direta	1138
16.14.1.	Licitação dispensada	1139
16.14.2.	Licitação dispensável	1141
16.14.3.	Licitação inexigível	1152
16.15.	Procedimentos licitatórios ou modalidades de licitação	1159
16.15.1.	Fases ou etapas da licitação	1160
16.15.2.	Espécies de procedimento ou modalidades.....	1165
16.15.2.1.	Pregão e concorrência	1165
16.15.2.1.1.	Forma dos procedimentos.....	1166
16.15.2.1.2.	Modos de disputa.....	1167
16.15.2.1.3.	Pregão	1168
16.15.2.1.4.	Concorrência	1170
16.15.2.2.	Concurso	1172
16.15.2.3.	Leilão.....	1173
16.15.2.4.	Diálogo competitivo.....	1175
16.15.2.4.1.	Introdução	1175
16.15.2.4.2.	Aplicação do diálogo competitivo	1176
16.15.2.4.3.	Procedimento do diálogo competitivo	1176
16.16.	Tipos de licitação ou critérios de seleção da proposta mais vantajosa	1179
16.17.	Comissão de licitação, agente da licitação e agente de contratação.....	1181
16.17.1.	Agente da licitação e agente de contratação.....	1181
16.17.2.	Comissão de licitação.....	1183
16.18.	Institutos relevantes nas licitações	1184
16.18.1.	Exigência de amostras.....	1184
16.18.2.	Certificados de qualidade.....	1185
16.18.3.	Contratação integrada e semi-integrada	1185
16.18.4.	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	1188
16.18.5.	Orçamento sigiloso.....	1188
16.18.6.	Remuneração variável	1190
16.19.	Procedimentos auxiliares.....	1191
16.19.1.	Credenciamento	1191
16.19.2.	Pré-qualificação.....	1192
16.19.3.	Procedimento de manifestação de interesse	1195
16.19.4.	Sistema de registro de preços.....	1196
16.19.5.	Registro cadastral	1203
16.20.	Microempresas e empresas de pequeno porte e a licitação pública	1204
16.21.	Encerramento da licitação	1206
Capítulo 17 – Contratos administrativos		1207
17.1.	Introdução e evolução do tema.....	1207
17.2.	Perspectiva nacional e internacional.....	1209
17.2.1.	A experiência francesa.....	1211
17.2.2.	A experiência do common law.....	1214
17.2.3.	A experiência alemã.....	1216
17.2.4.	A experiência da União Europeia	1219

17.2.5.	A experiência brasileira.....	1220
17.3.	Conceito de contratos administrativos.....	1222
17.3.1.	Elementos constitutivos do conceito.....	1223
17.3.1.1.	Elementos nucleares.....	1224
17.3.1.2.	Elementos completantes.....	1225
17.3.1.2.1.	Presença da Administração Pública como parte da relação contratual.....	1226
17.3.1.2.2.	Objeto do contrato administrativo compreende uma atividade e/ou função administrativa.....	1229
17.3.1.2.3.	Presença de cláusulas exorbitantes ou do regime derogatório.....	1230
17.3.1.2.3.1.	Origem.....	1230
17.3.1.2.3.2.	Definição das cláusulas exorbitantes ou regime derogatório.....	1231
17.3.1.3.	Sistematizando os elementos do contrato administrativo.....	1234
17.3.1.4.	Análise crítica – perspectiva contemporânea acerca dos contratos administrativos.....	1236
17.3.2.	Teoria da inexistência de contratos administrativos como categoria própria.....	1242
17.4.	Contratos da administração.....	1244
17.4.1.	Tratados internacionais.....	1246
17.4.2.	Convênios.....	1246
17.4.3.	Atos administrativos negociais.....	1250
17.5.	Competência para legislar sobre contratos administrativos.....	1251
17.6.	Características dos contratos administrativos.....	1252
17.6.1.	Contrato de adesão.....	1252
17.6.2.	Natureza personalíssima ou intuito personae.....	1253
17.6.3.	Oneroso.....	1253
17.6.4.	Bilateral.....	1253
17.6.5.	Comutativo.....	1253
17.6.6.	Formal.....	1254
17.7.	Regime jurídico das prerrogativas do contrato administrativo.....	1254
17.7.1.	Mutabilidade do contrato.....	1254
17.7.1.1.	Causas de mutabilidade dos contratos administrativos.....	1255
17.7.1.1.1.	Álea administrativa.....	1256
17.7.1.1.1.1.	Alteração unilateral.....	1257
17.7.1.1.1.2.	Fato do príncipe.....	1261
17.7.1.1.1.3.	Fato da administração.....	1262
17.7.1.1.2.	Álea econômica.....	1263
17.7.1.1.2.1.	Situações relevantes no âmbito da álea econômica.....	1263
17.7.1.1.2.2.	Teoria da imprevisão.....	1265
17.7.1.2.	Limites à modificação dos contratos administrativos.....	1267
17.7.1.2.1.	Equilíbrio econômico-financeiro.....	1269

17.7.1.2.2.	Metodologia para se promover o reequilíbrio econômico-financeiro.....	1276
17.7.1.2.3.	Formas de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.....	1277
17.7.1.2.3.1.	Revisão	1278
17.7.1.2.3.2.	Repactuação	1279
17.7.1.2.3.3.	Reajuste	1279
17.7.1.2.3.4.	Sistematizando	1282
17.7.1.3.	Matriz de risco.....	1283
17.7.2.	Exigência de garantias.....	1285
17.7.3.	Extinção unilateral dos contratos administrativos	1289
17.7.4.	Fiscalização	1290
17.7.5.	Aplicação de penalidades – sanções administrativas.....	1293
17.7.5.1.	Procedimento para aplicação das sanções administrativas	1304
17.7.5.2.	Prescrição das sanções administrativas	1305
17.7.5.3.	Comunicação das penalidades ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS	1306
17.7.5.4.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	1307
17.7.6.	Restrições ao uso da exceção do contrato não cumprido.....	1308
17.7.7.	Retomada do objeto.....	1310
17.7.8.	Anulação do contrato e direito de indenização do contratado	1310
17.7.9.	Antecipação de pagamentos	1313
17.8.	Formalização	1315
17.9.	Prazo dos contratos administrativos.....	1317
17.9.1.	Premissas dogmáticas preliminares	1317
17.9.2.	Prazos contratuais – regra geral e exceções.....	1318
17.9.3.	Prazo de execução – prazo de entrega do objeto contratual e adimplemento	1320
17.9.4.	Recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente.....	1321
17.10.	Espécies de contrato administrativo.....	1322
17.10.1.	Contrato de obra pública.....	1324
17.10.2.	Contrato de prestação de serviços em geral	1328
17.10.3.	Contrato de fornecimento	1330
17.10.4.	Contrato de delegação.....	1332
17.10.4.1.	Contrato de concessão de serviço público.....	1333
17.10.4.2.	Contrato de concessão de serviço público precedido de obra.....	1333
17.10.4.3.	Contrato de permissão de serviço público.....	1334
17.10.4.4.	Contrato de ocupação de bem público ou contrato de atribuição	1334
17.10.4.5.	Parceria Público-Privada (PPP).....	1335
17.10.4.5.1.	Introdução	1335
17.10.4.5.2.	Histórico das Parcerias Público-Privadas	1336

17.10.4.5.3. Natureza jurídica da Parceria Público-Privada.....	1337
17.10.4.5.4. Objeto da Parceria Público-Privada.....	1338
17.10.4.5.5. Características da Parceria Público-Privada.....	1338
17.10.4.5.6. Espécies da Parceria Público-Privada....	1339
17.10.4.5.7. Remuneração do parceiro privado	1342
17.10.4.5.8. Licitação para Parceria Público-Privada	1343
17.10.4.5.9. Limites contratuais das Parcerias Público-Privadas.....	1344
17.10.4.5.10. Gestão das Parcerias Público-Privadas – Sociedade de Propósito Específico –SPE.....	1346
17.10.4.5.11. Garantias às Parcerias Público-Privadas	1346
17.10.5. Outras espécies de contratos administrativos	1348
17.11. Execução dos contratos administrativos.....	1348
17.11.1. Subcontratação.....	1349
17.11.2. Recebimento do objeto do contrato administrativo.....	1353
17.12. Responsabilidade civil contratual.....	1354
17.13. Arbitragem em contratos administrativos	1357
17.13.1. Evolução do tema.....	1358
17.13.2. Arbitragem no âmbito da Administração Pública – perspectiva contemporânea.....	1360
17.14. Extinção dos contratos administrativos.....	1361
17.14.1. Extinção pela execução do contrato – cumprimento.....	1362
17.14.2. Extinção por inexecução do contrato – resolução	1363
17.14.2.1. Resolução voluntária.....	1363
17.14.2.2. Resolução involuntária	1363
17.14.3. Extinção por vontade das partes – resilição.....	1364
17.14.4. Extinção por ocorrência de ilegalidade – anulação.....	1365
Capítulo 18 – Entidades em colaboração com o Estado – Terceiro Setor	1366
18.1. Introdução – os Setores.....	1366
18.2. Entes privados associados em colaboração com o Poder Público.....	1367
18.2.1. Organização Social (OS).....	1369
18.2.2. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	1370
18.2.3. Organização da Sociedade Civil (OSC)	1371
18.2.3.1. Instrumentos para celebração de parcerias entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil ...	1374
18.2.3.2. Chamamento público.....	1375
18.2.3.3. Plano de trabalho.....	1377
18.2.4. Serviços sociais autônomos, ou “Sistema ‘S’”, ou paraestatais	1378
Capítulo 19 – Bens públicos ou domínio patrimonial.....	1381
19.1. Evolução do tema.....	1382
19.2. Definição jurídico-dogmática de “bem público”	1383
19.3. Classificação dos bens públicos.....	1387
19.3.1. Quanto à titularidade	1387
19.3.2. Quanto à finalidade ou à destinação	1391

19.4.	Características dos bens públicos	1394
19.4.1.	Imprescritibilidade dos bens públicos.....	1395
19.4.2.	Inalienabilidade dos bens públicos	1397
19.4.3.	Impenhorabilidade dos bens públicos.....	1397
19.5.	Uso de bem público por particular	1398
19.5.1.	Uso oneroso ou remunerado, e uso gratuito ou não remunerado de bem público.....	1399
19.5.2.	Uso normal ou ordinário, e uso anormal ou extraordinário de bem público	1402
19.5.3.	Uso comum e uso especial, ou privativo, ou exclusivo de bem público	1402
19.5.3.1.	Uso comum de bem público.....	1402
19.5.3.2.	Uso privativo ou exclusivo.....	1403
19.5.3.2.1.	Reconhecimento de uso de bem público	1404
19.5.3.2.2.	Licença de uso de bem público.....	1404
19.5.3.2.3.	Cessão de uso de bem público	1404
19.5.3.2.4.	Autorização de uso de bem público	1405
19.5.3.2.5.	Permissão de uso de bem público.....	1405
19.5.3.2.6.	Concessão de uso de bem público	1406
19.5.3.2.7.	Concessão de direito real de uso de bem público.....	1407
TÍTULO III – ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		1409
Capítulo 20 – Serviços públicos		1409
20.1.	Conceito de serviço público.....	1409
20.1.1.	Crerios à definição de “serviço público”	1410
20.1.2.	Sentidos ao termo “serviço público”.....	1413
20.1.3.	Serviço público de “caráter constitucional” e serviço público de “caráter administrativo”	1414
20.1.4.	Definição contemporânea de “serviço público”	1415
20.2.	Serviço público no direito estrangeiro.....	1418
20.2.1.	França	1418
20.2.2.	Alemanha.....	1422
20.2.3.	Itália	1424
20.2.4.	Estados Unidos e o “serviço de utilidade pública” ou “public utility”.....	1426
20.3.	Classificação dos serviços públicos	1427
20.3.1.	Quanto à amplitude das atividades	1427
20.3.2.	Quanto à titularidade	1427
20.3.3.	Quanto aos usuários ou à divisibilidade	1430
20.3.4.	Quanto à exclusividade da prestação.....	1431
20.3.5.	Quanto à natureza	1433
20.3.6.	Outras classificações	1434
20.4.	Princípios do serviço público.....	1434
20.4.1.	Princípio da continuidade do serviço público	1435
20.4.2.	Princípio da regularidade	1436

20.4.3.	Princípio da eficiência.....	1436
20.4.4.	Princípio da segurança.....	1436
20.4.5.	Princípio da atualidade	1437
20.4.6.	Princípio da generalidade.....	1437
20.4.7.	Princípio da cortesia	1438
20.4.8.	Princípio da modicidade das tarifas	1438
20.4.9.	Princípio da participação dos usuários do serviço público.....	1439
20.5.	Interrupção do serviço público	1440
20.6.	Aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei nº 8.078/90 – aos serviços públicos	1443
20.7.	Estatuto do Usuário de Serviços Públicos – Lei nº 13.460/17	1445
20.8.	Descentralização de serviço público.....	1448
	1449
20.8.1.	Descentralização por outorga e por delegação.....	1449
20.8.2.	Delegação de serviços públicos	1451
20.8.3.	Concessão e permissão de serviços públicos.....	1452
20.8.4.	Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de delegação.....	1456
20.8.5.	Política tarifária nas delegações de serviço público	1458
20.8.6.	Gestão da delegação – execução, terceirização, subconcessão, transferência	1459
	20.8.6.1. Subconcessão	1460
	20.8.6.2. Terceirização das atividades-meio	1461
	20.8.6.3. Transferência da delegação.....	1461
	20.8.6.4. Assunção do controle acionário da empresa.....	1462
20.8.7.	Extinção da delegação de serviços públicos	1463
Capítulo 21 – Intervenção do estado na propriedade alheia ou domínio eminente.....		1466
21.1.	Direito de propriedade e intervenção do Estado	1466
21.2.	Fundamento à intervenção do Estado na propriedade alheia.....	1467
21.3.	Competência para legislar sobre a intervenção do Estado na propriedade alheia.....	1470
21.4.	Espécies de intervenção na propriedade alheia.....	1471
21.4.1.	Confisco.....	1472
	21.4.1.1. Conceito de confisco	1472
	21.4.1.2. Casos em que pode ocorrer confisco	1472
	21.4.1.3. Efeito do confisco	1473
	21.4.1.4. Objeto do confisco	1473
	21.4.1.5. Confisco de bem do terceiro de boa-fé	1474
21.4.2.	Desapropriação.....	1474
	21.4.2.1. Previsão normativa	1474
	21.4.2.2. Legitimidade no âmbito da desapropriação.....	1475
	21.4.2.3. Espécies de desapropriação	1478
	21.4.2.3.1. Desapropriação direta	1479
	21.4.2.3.1.1. Desapropriação ordinária	1479
	21.4.2.3.1.2. Desapropriação extraordinária	1480
	21.4.2.3.2. Desapropriação indireta	1482

21.4.2.4.	Objeto da desapropriação.....	1485
21.4.2.5.	Procedimento da ação de desapropriação	1486
21.4.2.6.	Juros e correção monetária na desapropriação	1494
21.4.2.7.	Desapropriação por zona.....	1497
21.4.2.8.	Aquisição da propriedade pela desapropriação	1498
21.4.2.9.	Tredestinação, adestinação e desdestinação	1498
21.4.3.	Requisição administrativa	1502
21.4.4.	Limitação administrativa	1506
21.4.5.	Servidão administrativa	1510
21.4.6.	Tombamento	1512
21.4.7.	Ocupação temporária.....	1520
21.4.8.	Sistematizando.....	1521
21.5.	Autointervenção	1522
Capítulo 22	–Responsabilidade civil extracontratual do Estado.....	1522
22.1.	Evolução da responsabilidade civil extracontratual do Estado	1523
22.1.1.	Irresponsabilidade civil do Estado.....	1524
22.1.2.	Responsabilidade civil do Estado	1525
22.1.2.1.	Teoria subjetiva – responsabilidade civil subjetiva.....	1526
22.1.2.2.	Teoria do risco administrativo – responsabilidade civil objetiva	1527
22.1.2.3.	Teoria do risco integral – Responsabilidade civil integral.....	1528
22.2.	Legitimidade para ser responsabilizado.....	1531
22.2.1.	Direito de o Estado demandar, em regresso, o agente público causador do dano.....	1533
22.2.2.	Ação judicial proposta diretamente contra o agente público.....	1534
22.3.	Elementos dogmáticos da responsabilidade civil extracontratual e objetiva do Estado.....	1537
22.3.1.	Conduta.....	1537
22.3.2.	Nexo de causa	1538
22.3.3.	Dano	1543
22.4.	Reparação.....	1544
22.5.	Prescrição das pretensões de responsabilidade civil por dano extracontratual do Estado.....	1545
22.6.	Casuística – análise de situações específicas	1547
22.6.1.	Responsabilidade por atos lícitos e ilícitos.....	1547
22.6.2.	Responsabilidade por ação ou por omissão.....	1549
22.6.3.	Responsabilidade fora do campo de ação do poder executivo.....	1553
22.6.3.1.	Responsabilidade por atos legislativos	1553
22.6.3.2.	Responsabilidade por atos judiciais	1555
22.6.4.	Falecimento de detento dentro de estabelecimento prisional.....	1556
22.6.5.	Condições desumanas em estabelecimento prisional.....	1557
22.6.6.	Responsabilidade civil do Estado em relação à atos lesivos praticados por notário ou registrador – delegado de função	1558
REFERÊNCIAS.....	1561
ÍNDICE.....	1593